

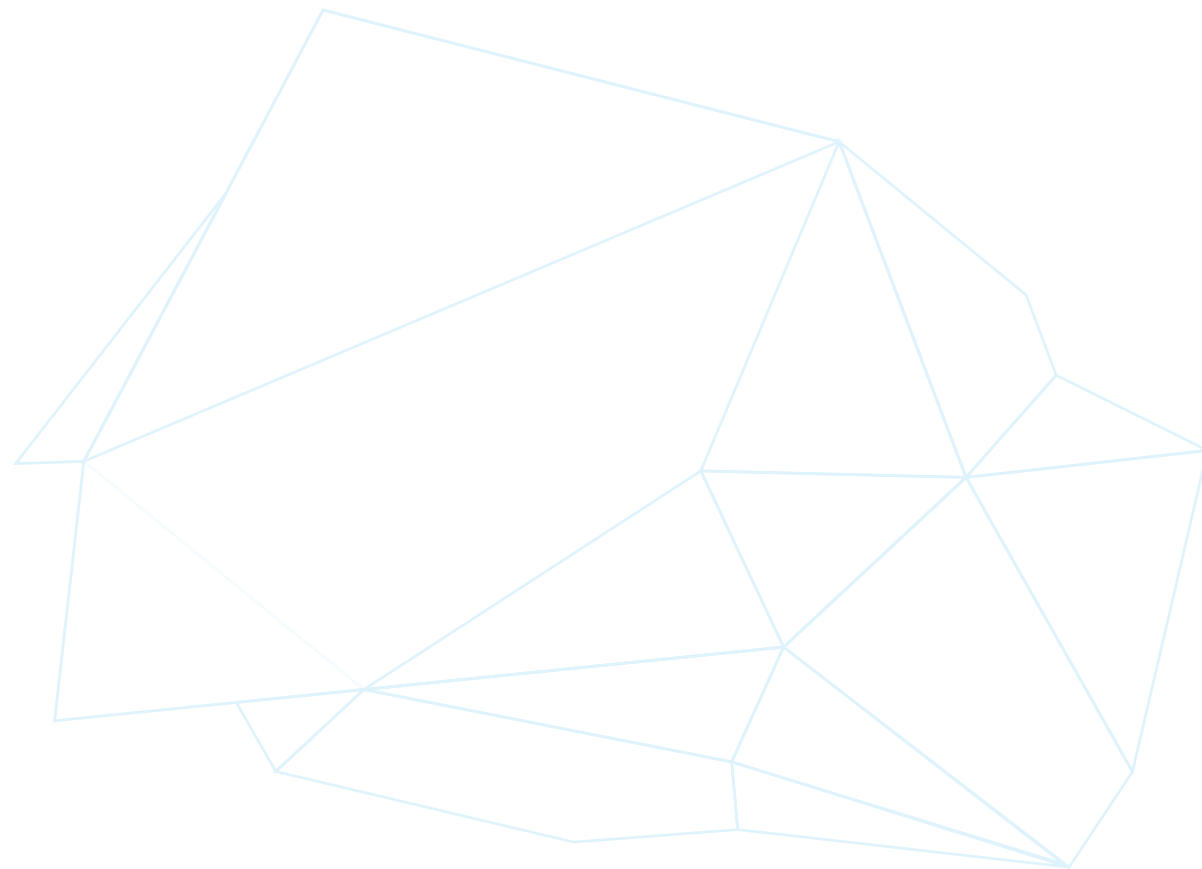


1

INTERCONEXÕES

Revista de Ciências Sociais

Volume
1



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA

INTERCONEXÕES

Revista de Ciências Sociais



Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Católica Portuguesa

2013
VOLUME 1
Nº1

Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*

Fernanda Magalhães*

RESUMO

As escavações realizadas em Braga ao longo das últimas três décadas forneceram dados que permitem analisar neste trabalho a temática da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*. Durante este período foi reunido um significativo acervo de dados arqueológicos que, apesar de desiguais quanto ao volume e qualidade de informação, possibilitam a caracterização de algumas habitações, ainda que exclusivamente incluídas na categoria de *domus*, já que o registo arqueológico ainda não forneceu, qualquer outro tipo de estrutura habitacional urbana. Pretende-se contextualizar este tipo de casa, analisando as diferentes partes orgânicas, evidenciando as suas especificidades formais, construtivas e funcionais.

Palavras-chave: *Bracara Augusta*, cidade romana, urbanismo, arquitetura privada

ABSTRACT

The excavations carried out in Braga over the past three decades have provided data that allow analyzing in this work the theme of domestic architecture of *Bracara Augusta*. During this period has collected a significant heap of archaeological data that although unequal as to the volume and quality of information, make possible the characterization of some dwellings, albeit exclusively included in the category of *domus*, since the archaeological record has not found any other type of urban housing structure. We intend for to contextualize this type of house, examining the different organic parts, highlight their specificity formal, constructive and functional.

Keywords: *Bracara Augusta*, Roman city, urbanism, private architecture

* Bolseira de investigação do CITCEM no Projeto "Paisagens em mudança. *Bracara Augusta* e o seu território (séculos I – VII)", investigadora do CITCEM, Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho. fernanda.epmagalhaes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A arqueologia estuda as sociedades do passado através da descoberta de vestígios materiais como estruturas ou objetos. Essas materialidades podem representar espaços e edificados que caracterizavam os cenários da vida quotidiana. No entanto, o registo arqueológico fornece apenas dados fragmentados, o que dificulta, muitas vezes, a compreensão do significado dos espaços. Por outro lado, são as alterações provocadas no edificado que permitem traçar a evolução urbana.

Contudo, o conhecimento sobre os espaços urbanos foi evoluindo com o contributo da arqueologia urbana, que a partir dos anos 70 do século XX permitiu dar início ao estudo de muitas cidades, principalmente, do mundo romano ocidental.

Neste sentido, a arquitetura doméstica tem desempenhado um papel muito importante na investigação arqueológica, fornecendo novos dados sobre a estrutura e economia das cidades romanas. Assim, quando se analisa o edificado privado é necessário ter em atenção aspetos como a inserção na malha urbana, as técnicas construtivas, os materiais usados, a função dos espaços e o programa decorativo.

Quando o registo arqueológico não fornece elementos epigráficos ou grafitos, o nome e a procedência do proprietário é considerado um enigma, no entanto, com o estudo da sua casa é possível conhecer o seu modo de vida¹.

A análise da edilícia doméstica tem que se relacionar com a problemática histórica e arqueológica da cidade, já que as unidades habitacionais são reflexo e consequência da evolução histórica, social e tecnológica da sociedade que as construiu².

Segundo Wallace-Hadrill, foram as exigências da vida social pública que levaram os romanos a construir e decorar as suas casas, pelo que a habitação deve ser entendida como um documento da história social³.

Cada casa ou habitação pode isolar-se como um universo em miniatura, sendo considerada diferente de todas as outras, mas muitas vezes com semelhanças com as outras. Neste sentido, pode-se considerar que cada casa funciona como um microcosmos experimental da civilização⁴.

Assim, decidimos focar a nossa atenção na cidade de *Bracara Augusta*, de forma a caracterizar a sua arquitetura privada, tendo por base um conjunto selecionado de sítios arqueológicos, escavados ao longo dos últimos trinta e cinco anos, no âmbito da arqueologia urbana da cidade de Braga, realizada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

1 Uribe Agudo, 2004, p. 192

2 Fernández Díaz e Quevedo Sánchez, 2007/08, p. 274

3 Uribe Agudo, 2004, p. 191

4 Fernández Vega, 1999, p. 454

2. A CIDADE DE *BRACARA AUGUSTA*

2.1. FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE *BRACARA AUGUSTA*

Terminadas as guerras cantábricas, o imperador Augusto iniciou um programa de reorganização da Hispânia, que implicou a criação de centros urbanos com estruturas sociais e políticas passíveis de consolidar a presença romana na região e facilitar a integração das populações indígenas.

Assim, fundou três cidades no noroeste peninsular, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, que tiveram origem em acampamentos militares e *Bracara Augusta* onde os dados arqueológicos disponíveis até ao momento apontam para uma origem civil⁵.



Figura 1 – Mapa da Península Ibérica com a localização de *Bracara Augusta* (arquivo UAUM)

Por outro lado, a data exata para a consagração da nova *urbs* é ainda desconhecida, apesar da abundância de epígrafes de carácter honorífico e monumental, datadas da época de Augusto. No entanto, grande parte dos investigadores sugere o ano 16 a.C., como a data mais provável para a criação da cidade, associando a fundação à presença de Augusto na Hispânia⁶.

⁵ Martins *et al.*, 2012a, p. 32

⁶ Carvalho, 2008, p. 97; Martins e Fontes, 2010, p. 112

A definição do estatuto jurídico da cidade, tem igualmente gerado diferentes interpretações, havendo autores que consideram que a promoção municipal aconteceu sob os flávios, enquanto outros, como P. Le Roux, defendem que a cidade terá beneficiado do direito latino desde a sua fundação⁷.

Ao longo de mais de três décadas de escavações na cidade de Braga foi possível identificar um conjunto muito vasto de vestígios arqueológicos, que permitem concluir que Bracara Augusta nasceu como cidade planificada, seguindo um projeto urbano estruturado desde a sua fundação, tendo beneficiado de condições topográficas vantajosas e da inexistência de estruturas urbanas anteriores, o que facilitou a implementação de um plano urbano ortogonal⁸.

A cidade de Bracara Augusta possuía eixos orientados N/NNO-S/SSE e O/OSO-E/ENE, sendo as insulae identificadas quadradas, com áreas construídas de 1 actus (120 pés), modulação observável na zona arqueológica das Carvalheiras⁹. As ruas da cidade mediam entre 10 e 12 pés, enquanto a parte identificada do cardo máximo possui 24 pés de largura.

A localização do *forum* administrativo e religioso é sugerida devido à interpretação global da *forma urbis* e através de uma referência impressa no mapa de Braunio, do século XVI, onde está mencionado que o *forum romanorum* estava situado nas imediações da capela de S. Sebastião¹⁰.

O registo arqueológico documenta um programa de obras e de monumentalização da cidade operado entre o último quartel do século I e os inícios do século II, que se encontra bem testemunhado por relevantes vestígios de edifícios de carácter público, como as termas do Alto da Cidade¹¹, o teatro¹², o anfiteatro¹³ e o edifício sob a Sé Catedral, que pode corresponder a um possível *macellum*¹⁴. Datam igualmente deste período os vestígios de algumas habitações, como acontece com a casa das Carvalheiras¹⁵. Por outro lado, este programa de obras públicas, que ornamentou a cidade a partir do período flávio, também abrangeu as áreas periféricas, comprovado pela remodelação operada na Fonte do Ídolo¹⁶. Nesta fase, verificou-se, igualmente, uma maior utilização dos subúrbios, equipados, agora, com espaços artesanais, nomeadamente oficinas de cerâmicas e vidro¹⁷.

A cidade terá atingido a sua máxima extensão no século II, registando um crescimento demográfico e um aumento do poder de compra da sua população, evidenciado por um elevado ritmo das importações¹⁸, comprovadas pelos materiais provenientes das diferentes intervenções arqueológicas.

7 Martins e Fontes, 2010, p. 112

8 Martins, 2008, p. 182; Ribeiro, 2008, p. 222

9 Martins *et al.*, 2012a, p. 38

10 Martins *et al.*, 2012a, p. 38

11 Martins, 2005

12 Martins *et al.*, 2006

13 Morais, 2001

14 Fontes *et al.*, 1997-98

15 Martins e Fontes, 2010, p. 116

16 Martins *et al.*, 2012a, p. 57

17 Morais, 1998, p. 13

18 Cruz 2009; Martins *et al.*, 2010.

Entre finais do século III e inícios do século IV, *Bracara Augusta* conhece um vasto programa de renovação urbana, caracterizado por diversas transformações ou adaptações operadas, tanto nos edifícios públicos como privados. Este fulgor construtivo está associado à elevação da cidade a capital da nova província da Galécia, com Diocleciano, período em que a urbe assumiu uma maior importância no contexto peninsular¹⁹.

A cidade baixo-imperial caracteriza-se por uma dinâmica construtiva, associada a transformações na topografia urbana, verificando-se o estreitamento dos eixos viários e o desaparecimento de alguns deles, desafetados à circulação, sendo progressivamente integrados nas habitações. Ao mesmo tempo, regista-se alguma perda de ortogonalidade, uma vez que as remodelações nas habitações deixam de respeitar a orientação característica da cidade alto-imperial²⁰. No entanto, a maior alteração deste período está associada à construção de uma poderosa fortificação, com características semelhantes aos exemplares de Lugo, Astorga, León e Gijón, surgindo, provavelmente, como resultado de uma decisão política de Roma, inserida na estratégia de defesa militar das cidades do ocidente do Império²¹.

Bracara Augusta desfrutou de espaços e edifícios públicos semelhantes aos de qualquer outra cidade da Hispânia, tais como um *forum*, um teatro, um anfiteatro e de vários edifícios termiais, imagem que se coaduna com a sua capitalidade, primeiro como capital de convento jurídico, provavelmente desde Augusto, depois como capital de província, a partir dos inícios do século IV e, finalmente, como capital do Reino Suevo já no século V.

3. FONTES PARA O ESTUDO DA ARQUITECTURA DOMÉSTICA

Quando se estuda a habitação urbana romana, as fontes disponíveis são diversificadas, podendo ser agrupadas em arqueológicas, literárias e iconográficas. Naturalmente que as fontes arqueológicas merecem particular destaque sendo numerosas as escavações realizadas em cidades das províncias romanas que nos permitem conhecer a casa romana.

Devido à vastidão e heterogeneidade das informações provenientes das variadíssimas escavações valorizaremos, apenas, os dados propiciados pelo estudo das cidades de Pompeia e Herculano. Por sua vez, e no que se refere às fontes literárias destacaremos a obra de Vitruvius.

As ruínas das cidades romanas de Pompeia e Herculano, descobertas no século XVIII, têm proporcionado dados únicos para a compreensão do quotidiano da vida urbana romana. Muitas das suas construções, que chegaram praticamente intatas até nós, são consideradas de excepcional relevância para o estudo da temática em apreço neste trabalho. Estas duas cidades transformaram-se num livro aberto, constituindo uma fonte inesgotável de conhecimento para o estudo dos edifícios públicos e privados romanos, designadamente para a compreensão da arquitetura, das técnicas construtivas e da funcionalidade dos espaços.

¹⁹ Elena Garrido *et al.*, 2008, p.53

²⁰ Martins., 1997-98

²¹ Martins *et al.*, 2012a, p. 57

A casa pompeiana é considerada como o objeto primordial para o estudo da arquitetura privada romana, tanto pelo seu estado de conservação, pois alguns exemplares apresentam a particularidade de terem estado sujeitos a graus de destruição diminutos, como pelo seu valor representativo, pois esta caracteriza a casa urbana tipicamente romana. De facto, a casa pompeiana constituiu-se como elemento orientador na análise das habitações urbanas reconhecidas nas várias cidades do império.

A literatura clássica que aborda a construção romana é pouco abundante e corresponde essencialmente a tratados teóricos, tal como acontece com a obra de Vitruvius, *De Architectura*, que se tornou numa referência para o estudo de diferentes temáticas. Na realidade, esta obra constituiu-se um verdadeiro tratado de arquitetura, usado como guia pelo poder romano no desenvolvimento da cidade de Roma. O seu autor pretendeu que funcionasse como um manual de orientações objetivas no campo da urbanística, da arquitetura e da arte de bem construir, com base nos princípios da utilitas, venustas e firmitas (utilidade, beleza e solidez).

A obra vitruviana está organizada em dez livros, nos quais se apresenta, de forma sistemática e coerente, um conjunto de aspetos da atividade arquitetónica. No que se refere à construção doméstica este legado compreende várias regras para bem construir, o registo de medidas dos espaços da casa adequadas à sua respetiva função, ou a disposição dos compartimentos, tendo em vista a classe social do proprietário²².

No entanto, os postulados vitruvianos, expostos no Livro VI, não podem ser assumidos como modelos expressivos da casa romana, pois este autor nunca descreveu a casa romana, mas antes outorgou regras para a sua construção²³.

No que concerne às fontes iconográficas, estas são vastíssimas, sendo particularmente ricas no caso das pinturas murais, ou nos altos-relevos de vários monumentos funerários e comemorativos, fornecendo-nos a representação de ambientes domésticos e das suas características formais.

4. ARQUITECTURA DOMÉSTICA EM *BRACARA AUGUSTA*

Em Braga, as primeiras referências à casa romana remontam ao século XIX, muito embora o conhecimento efetivo das mesmas só tenha sido iniciado a partir de 1976, com o início da arqueologia urbana em Braga²⁴. As largas dezenas de escavações realizadas a partir de então, no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, têm permitido identificar vários vestígios relacionados com unidades habitacionais, com cronologias que se situam entre o período flávio e o Baixo-império.

²² Silva, 2000, p. 27

²³ Uribe Agudo, 2008, p.22

²⁴ Martins e Delgado, 1989/90, p.26

Até ao momento apenas foi possível reconhecer um único tipo de casa, a *domus*, uma vez que o registo arqueológico não forneceu qualquer outro tipo de estrutura habitacional urbana. Os exemplares individualizados permitem confirmar a reprodução de elementos caracterizadores da arquitetura privada, como a representação do modelo de casa itálica de átrio e peristilo, a integração de banhos privados na habitação e a profusão de pórticos em redor das habitações, de forma a possibilitar o acesso às *tabernae*²⁵.

Lamentavelmente, os inúmeros vestígios associados a núcleos residenciais apresentam um carácter fragmentário, sendo raros os casos em que conseguimos recuperar a composição das construções. Na verdade, até hoje, apenas foi possível escavar na íntegra a totalidade de uma habitação, a casa das Carvalheiras, que corresponde ao exemplar mais representativo da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*²⁶.

No período baixo-imperial, a arquitetura doméstica conheceu significativas remodelações que irão provocar a alteração da estrutura das habitações. De modo geral, os edifícios residenciais serão beneficiados com a introdução de balneários privados, passando, simultaneamente, a ocupar anteriores espaços públicos, como os pórticos, os quais são fechados e, ao que tudo indica, integrados na estrutura das casas.

Estas remodelações demonstram o enriquecimento dos núcleos habitacionais, comprovando a persistência em *Bracara Augusta* de um grupo social abastado, que deveria associar-se às funções administrativas desencadeadas pelas responsabilidades políticas e religiosas da cidade.



Figura 2 - Malha urbana de *Bracara Augusta* com a localização das *domus* (arquivo UAUM).

1 – *Domus* das Carvalheiras; 2 - *Domus* do Ex. Albergue; 3 - *Domus* da Escola Velha da Sé;

4 - *Domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas

25 Martins e Fontes, 2010, p.116

26 Martins, 1997/98, p.25

4.1. DOMUS DAS CARVALHEIRAS

A casa das Carvalheiras, construída no último quartel do século I, localizava-se numa área residencial, no setor noroeste, nas proximidades da zona monumental da cidade romana. Trata-se de uma habitação que ocupava a totalidade de um quarteirão, sendo limitada por quatro ruas. A construção desta *domus* implicou um projeto arquitetónico, implementado de raiz, num terreno que devido à sua localização deverá ter tido um custo de aquisição bastante elevado. No entanto, o seu proprietário deveria ter previsto amortizar parte do investimento com o aluguer dos espaços comerciais abertos nas fachadas da parte baixa da casa²⁷.



Figura 3 - Perspectiva E/O da zona arqueológica das Carvalheiras (arquivo UIAUM)

Estamos perante um modelo clássico de casa de átrio e peristilo, de forma aproximadamente quadrangular ocupando uma área de 1152 m² (110 x 120 pés)²⁸. Este núcleo residencial desenvolvia-se em duas plataformas, como solução para os problemas apresentados pela topografia do terreno. Assim, na plataforma mais elevada situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto a zona mais baixa estava associada ao núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta em torno da qual se desenvolviam vários espaços da casa.

O acesso ao interior da *domus* era efetuado por duas entradas, uma situada a sul, com acesso direto à área do átrio, e outra a norte, com entrada direta para o peristilo. Internamente a comunicação era efetuada por uma escada interior, que permitia a ligação entre o núcleo público da casa, o átrio e o privado, associado ao peristilo.

A entrada localizada na fachada sul conduzia as pessoas ao interior da habitação, através de um pequeno corredor, dando acesso a um átrio toscano, ornamentado com um tanque, o *impluvium*, que permitia recolher a água das chuvas através de uma abertura no

²⁷ Ribeiro, 2010, p.510

²⁸ Martins *et al*, 2012a, p.51

telhado, o *compluvium*. A norte do átrio, no seu eixo central, localizava-se o escritório do dono da casa, o *tablinum*. A nascente localizava-se uma sala de receção, presumivelmente uma *exedra*, que poderia ter funcionado como sala de apoio às atividades que decorriam no átrio. Através desta sala era feito o acesso a um pequeno espaço que permitia aceder ao vão de escadas interior, que fazia a ligação com a área do peristilo²⁹.

O peristilo era constituído por um deambulatório de circulação porticado, em torno de uma área ajardinada, presumivelmente decorada com um tanque. Neste corredor foi detetado o poço que abastecia a casa. Em redor desta área aberta localizavam-se diversos compartimentos. No lado este desenhava-se, provavelmente, uma grande sala de jantar, o *triclinium*, a cozinha e a latrina. Na ala sul situava-se uma sala de receção, enquanto no lado oeste é presumível que se localizassem os quartos (*cubicula*).

Esta habitação era ladeada por ruas. Na frente sul e oeste estas eram flanqueadas por pórticos com 3 m de largura que possibilitavam o acesso a um conjunto de lojas que se desenhavam nas fachadas.

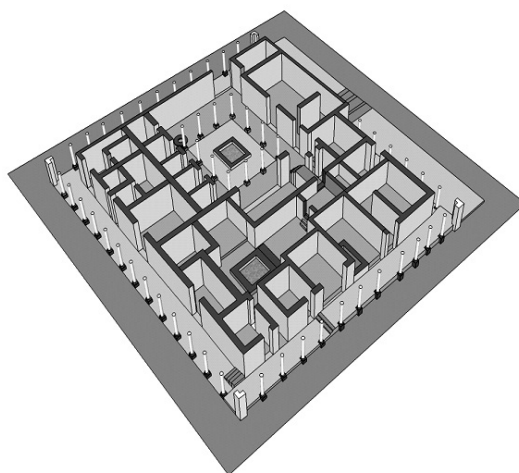


Figura 4 - Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras

No decorrer da primeira metade do século II, a casa sofreu uma remodelação tendo sido construído um balneário no seu quadrante noroeste. Este espaço inutilizou todo o setor noroeste da casa e adaptou o anterior peristilo a palestra, tendo os compartimentos envolventes sido convertidos em lojas (*tabernae*)³⁰. O balneário ocupou uma área útil de 190m², sendo constituído por quatro salas: apoditério (vestiário), caldário (sala quente), tepidário (sala tépida), frigidário (sala fria), que permitiam cumprir o circuito de banhos recomendados, existindo ainda dois pequenos espaços destinados aos serviços de apoio ao balneário.

²⁹ Martins, 2000, p.15

³⁰ Martins *et al.* 2012b, p.63

Inicialmente, esta área termal foi interpretada como um balneário privado da casa (*balneum*), mas a sua dimensão, bem como a sua acessibilidade a partir da rua, sugerem que o mesmo possa ter tido uma vocação pública, constituindo, por isso, um *balnea*, que poderia ser explorado pelo dono da casa para satisfazer os locatários dos quarteirões anexos ou alugado a elementos de agremiações, como se verificou em Óstia³¹.

4.2. DOMUS DO EX. ALBERGUE

A unidade habitacional identificada na zona do Ex. Albergue Distrital, localizava-se na área nobre da cidade romana, situada nas proximidades do *forum*, ficando a fachada oeste da casa circunscrita por um dos eixos mais importantes da cidade: o *cardo* máximo. Trata-se de uma casa que ocupou um quarteirão, sendo ladeada por pórticos a oeste, norte e sul, apresentando aproximadamente 35,50 m (117 pés) de comprimento, valor que a aproxima da *domus* das Carvalheiras³².

A denominada *domus* do Albergue Distrital corresponde a um modelo de casa de peristilo, caracterizando-se pela presença de um espaço central aberto, o peristilo, que deveria estar rodeado por um pórtico. Centrada com este espaço, está a entrada principal da habitação, que abria para o pórtico oeste, sendo definida por uma pequena colunata que possibilitava o acesso a um pequeno vestíbulo, comunicando com o corredor que ligava ao interior da residência, com passagem direta ao peristilo. Em redor do núcleo central deste exemplar da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* foram construídos diversos compartimentos, como o *triclinium* (sala de jantar), o *tablinum* (escritório) e *cubicula* (quartos).

Pese embora o reduzido número de vestígios identificados para a área privada da casa, foram individualizadas diversas *tabernae* (lojas), localizadas na fachada sul e oeste, encontrando-se estes espaços associados ao domínio público da habitação. A funcionalidade comercial destes compartimentos é atestada pela presença de indícios que foram identificados no decorrer das escavações, tais como uma placa de mármore que provavelmente fazia parte de um *thermopolium*³³ e uma ânfora encontrada intacta, destinada ao transporte de *garum*³⁴, que seria vendido nas *tabernae*³⁵.

À semelhança do que se verificou noutros edifícios da cidade, designadamente na *domus* das Carvalheiras, existem elementos que evidenciam uma remodelação urbanística por volta do século IV, que se sobrepõem a estruturas anteriores.

Este conjunto permaneceu provavelmente em atividade como núcleo habitacional até ao período tardo romano, tendo perdido essa vocação no período medieval, conforme parece sugerir a presença de uma estrutura artesanal, designadamente de um forno.

31 Martins e Ribeiro, 2012, p.39

32 Lemos e Leite, 2000, p.24

33 Loja onde se comia e bebia, sendo os produtos quentes e frios.

34 Preparado de peixe, usado como condimento no mundo romano.

35 Lemos e Leite, 2000, p.27

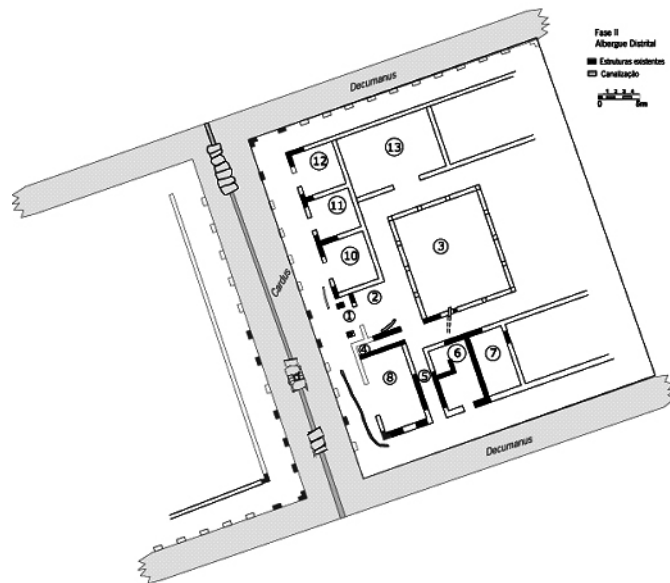


Figura 5 - Planta interpretada da domus do Ex. Albergue

4.3. DOMUS DA ESCOLA VELHA DA SÉ

Na zona arqueológica da Escola Velha da Sé foram identificados os vestígios de uma outra *domus*, apenas a parte sul da unidade habitacional. No entanto, foi possível determinar que corresponde a um modelo de casa de peristilo, que ocupou um quarteirão da cidade romana, localizado a norte do *forum*.

Esta habitação foi construída no século I, estruturando-se em redor de um espaço aberto, o peristilo, que funcionou como elemento ordenador e distribuidor dos outros espaços da casa. No centro desta área aberta deveria existir, possivelmente, um tanque que teria uma dupla função, tanto servia para recolher as águas da chuva como funcionava como elemento ornamental.

A ladear o peristilo existiria um pórtico com uma colunata, constituída por cinco colunas em cada um dos lados. Para esse espaço abriam-se diversos compartimentos, designadamente *cubicula* (quartos de dormir), um *triclinium* (sala de jantar) e uma *exedra* (sala de receção).

Na parte nascente da habitação existia um corredor que permitia aceder ao interior da casa, depois de passar a porta principal, o qual prolongava o espaço entre a porta e o peristilo. A norte desta passagem interior situavam-se *cubicula*. A sul cogitamos localizar-se o *tablinum* (escritório), sendo a entrada ladeada por *tabernae* com acesso ao pórtico este.

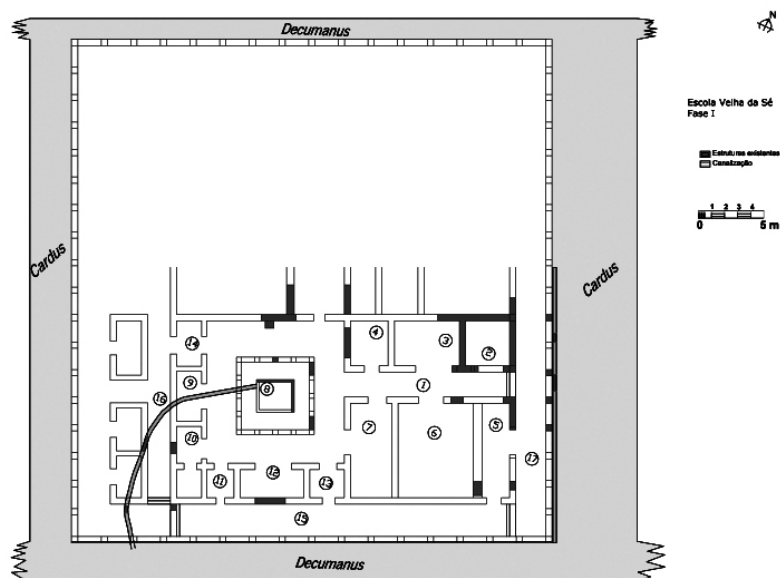


Figura 6 - Planta interpretada da *domus* da Escola Velha da Sé

A segunda fase desta *domus* caracteriza-se pela construção de um balneário que sacrificou a ala oeste da habitação, bem como toda a zona do peristilo.

Assim, nesta nova zona da casa identificou-se um balneário formado por um vestiário, dois tepidários, um frigidário, um caldário e compartimentos de apoio ao funcionamento deste espaço. A sul da zona de banhos localiza-se uma grande sala, possivelmente uma *exedra* que seria pavimentada por um mosaico em *opus tessellatum*. No entanto, as tesselas identificadas não permitem restituir os motivos do mosaico. O acesso a esta sala e ao balneário era feito por um corredor que estava pavimentado com um mosaico que conjugava *opus tessellatum* com *opus vermiculatum*. Este pavimento era decorado com motivos geométricos, com tesselas bicromáticas, de cor branca e preta, possuindo um remate constituído por um friso de tesselas brancas, de forma quadrangular.

Esta habitação deve-se ter mantido em funcionamento até aos séculos VI/VII, embora com alterações na sua estrutura fruto de remodelações que foram sendo operadas. As evidências registadas permitem constatar que esta casa deixou de ser utilizada em definitivo quando foi construída a muralha visigótica, pois parte do seu troço ocupou a área oeste da habitação.

4.4. DOMUS DA FREI CAETANO BRANDÃO E SANTO ANTÓNIO DAS TRAVESSAS

A *domus* identificada na área arqueológica da R. Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas integra-se, também, na categoria das casas de peristilo, podendo ser datada da

época de Augusto ou Tibério. Estava localizada a norte da *domus* do Albergue e encontrava-se ladeada a oeste pela rua que conduzia ao *forum*, o cardo máximo. Esta habitação ocupava um quarteirão da cidade romana, tendo-se conservado apenas, no entanto, a parte sul da casa.

Toda a área sul da habitação encontra-se organizada em volta de um espaço aberto, ladeado por um pórtico nos quatro lados, com quatro colunas no eixo maior e três no menor. Em redor desse espaço estavam localizadas áreas de representação, como uma *exedra* e um *triclinium*, áreas reservadas como *cubicula* e ainda o acesso a zonas públicas da habitação, *tabernae*. O acesso às lojas abertas na fachada oeste era realizado a partir do pórtico oeste. Esta unidade habitacional foi projetada com pórtico nas fachadas, oeste, norte e este.

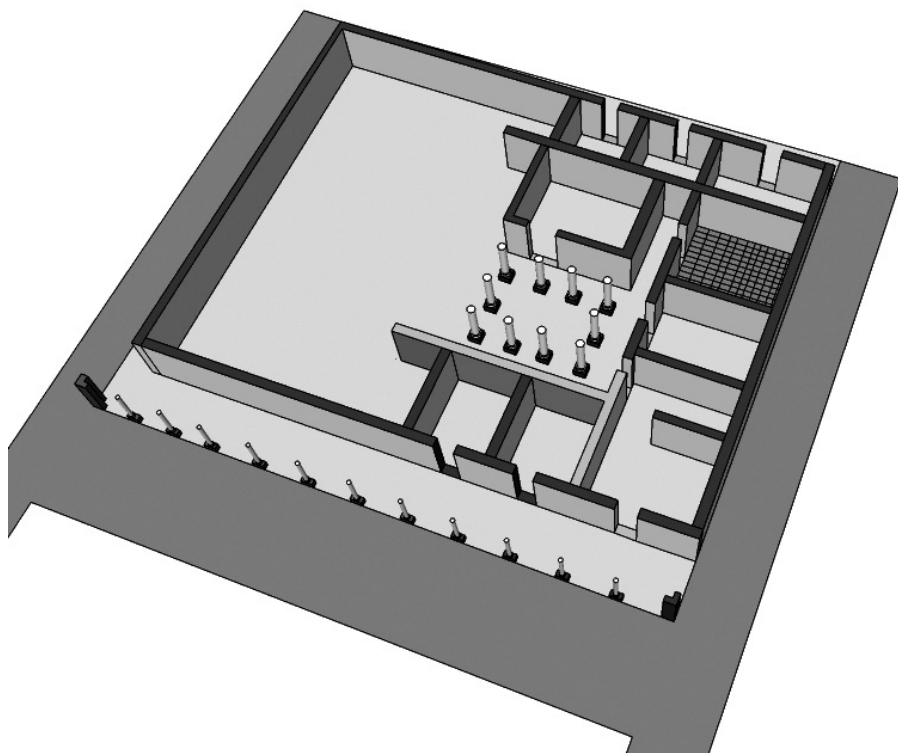


Figura 7 - Restituição 3D da *domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas

Esta casa distingue-se pela presença de numerosos vestígios de reboco e de pintura em variadas paredes, o que indicia que diversos compartimentos deste conjunto habitacional eram revestidos com pintura mural, elemento caracterizador da construção privada romana, demonstrando, simultaneamente, a sumptuosidade das *domus* de *Bracara Augusta*. Foram identificados múltiplos fragmentos de pintura em níveis de demolição, associados a diferentes compartimentos, caracterizados pela presença de motivos geométricos, formando losangos e linhas verticais e horizontais, usando uma diversidade policromática como o amarelo, castanho, azul acinzentado, vermelho pompeiano, preto, branco.

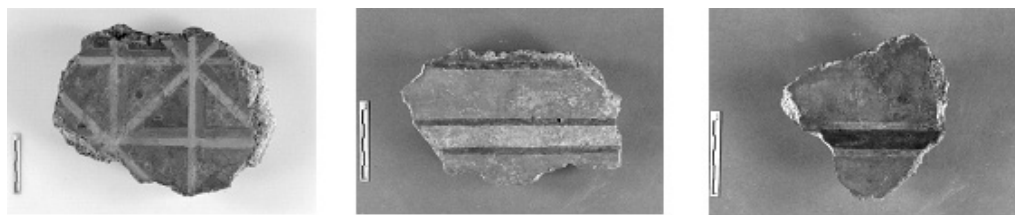


Figura 8 - Fragmentos de pintura do revestimento das paredes (arquivo MADDS)

Em relação aos outros exemplares da arquitetura privada de *Bracara Augusta*, esta diferencia-se pelo curto período de utilização, já que a *domus* foi entulhada entre meados e finais do século II, para aí ser construído um edifício público.

5. A TIPOLOGIA DAS *DOMUS*

Não existem modelos rígidos de *domus*, pois a casa urbana é sempre um edifício marcado pela subjetividade do proprietário e do arquiteto, que imprimiam cunhos pessoais nas suas construções. No entanto, verifica-se a recorrência de elementos construtivos que tipificam os contextos domésticos, sendo natural a heterogeneidade das suas plantas.

Do conjunto das habitações já estudadas para *Bracara Augusta*, apenas uma apresenta uma planta completa. Das restantes conservam-se somente partes, o que limita e dificulta a classificação de modelos. Por outro lado, o carácter privado das edificações pode levar a que os modelos canónicos não sejam cumpridos.

O poder económico do proprietário e os seus gostos pessoais, bem como o espaço disponível para a construção da unidade habitacional são fatores que em muito influenciam a morfologia da arquitetura privada. Assim, tal como concluiu Uribe Agudo não existiu “uma casa romana” mas sim “casas romanas” adaptadas às diversas condicionantes³⁷.

Em *Bracara Augusta* julgamos poder identificar, até ao momento, dois tipos de casa, tendo como referência as classificações conhecidas para a arquitetura doméstica romana: um deles é definido pela casa de átrio e peristilo; o outro está representado pelas casas de peristilo.

O modelo de casa de átrio e peristilo foi testemunhado na *domus* das Carvalheiras, enquanto a casa de peristilo foi identificada na *domus* do Ex. Albergue, na *domus* da Escola Velha da Sé e na *domus* da Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas.

As tipologias das habitações foram estabelecidas com base na existência ou não de determinados espaços no interior da *domus*. Como elementos definidores distinguem-se as áreas de circulação da casa, ou seja, o átrio e o peristilo. Estes dois espaços abertos apresentavam semelhanças no que concerne à sua configuração. No entanto, cumpriam funções diferentes na organização da vida familiar do proprietário do conjunto residencial, uma vez que o núcleo do átrio estaria destinado a cumprir a função pública da habitação,

36 Uribe Agudo, 2008, p.616

onde estava localizado o *tablinum*, enquanto o peristilo tinha um caráter privado, situando-se nessa zona o *triclinium*, a *exedra* e os *cubicula*.

Os espaços abertos que definem as tipologias das casas funcionaram como elemento organizador e distribuidor do espaço, com significado decorativo e como fonte de luz e ar para o interior da habitação.

A *domus* de peristilo é, segundo autores como Beltrán, o tipo de habitação mais representado na Hispânia, o mesmo se verificando em *Bracara Augusta*, já que esse é o modelo predominante. Este protótipo perdura na arquitetura doméstica até finais do século IV³⁷.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edificação privada romana deve ser entendida como uma excelente fonte para estudar os graus de adaptação das populações das províncias ao modo de vida romano. Sem dúvida, que os modelos de casas usados no mundo provincial tentavam cumprir os ideais construtivos e estéticos vindos de Roma, apesar das dificuldades de se adaptarem às condições geográficas e climáticas das diferentes regiões, ou às características específicas do plano urbano de cada cidade, bem como às tradições construtivas das populações.

Desta forma, conclui-se que a arquitetura doméstica das cidades romanas resulta da conjugação entre os modelos emanados da capital do Império e as variadas condicionantes que interferiam no processo construtivo, resultando numa diversidade de modelos de casa urbana.

O estudo da casa romana fornece indicadores preciosos para avaliar a assimilação de numerosos aspetos do *modus vivendi* romano, bem representado na prática de banhos privados, ou no modo de comer em salas triclinares, indícios que permitem caracterizar o grau de romanização das populações. Desta forma, a casa romana não pode ser entendida como um simples edifício, mas sim como um espaço complexo no qual se materializam atividades sociais, económicas e culturais.

Na análise da habitação romana, a casa não deve ser encarada como um achado isolado, pois esta tem que ser integrada na história da cidade, tendo em conta os materiais disponíveis, o parcelamento, ou a sua localização na trama urbana, fatores que em muito influenciam as características da arquitetura privada.

Em *Bracara Augusta*, as *domus* de prestígio foram construídas nos quarteirões residenciais da cidade, testemunhando a riqueza da população urbana, bem documentada nas remodelações tardias, ocorridas entre finais do século III e inícios do IV. Neste período, as habitações conheceram um programa de renovação que, em muitos casos, se traduziu na introdução de balneários e na ocupação de parte dos eixos de circulação. Estas modificações conduziram, naturalmente, à alteração da estrutura das casas no Baixo-império.

37 Uribe Agudo, 2008, p.637

Entre as características do urbanismo de *Bracara Augusta* destaca-se a presença de pórticos, anexos às ruas que normalmente ladeiam as casas. Estes funcionavam como passeios e permitiam, simultaneamente, aumentar os espaços destinados ao comércio, que se desenvolvia nas lojas implantadas na parte baixa das casas.

De fato, as remodelações tardias registadas na arquitetura doméstica são reveladoras de um surto de enriquecimento de algumas habitações, o que demonstra que *Bracara Augusta* era ocupada por uma elite abastada, que construiu balneários nas casas e as decorou com mosaicos e estuques.

Arqueologia tem comprovado que não existem modelos arquitetónicos rígidos, pois a casa urbana é sempre um edifício marcado pela subjetividade do proprietário e do arquiteto. De facto, embora a casa de peristilo corresponda ao modelo dominante de *domus* de *Bracara Augusta*, não parecem existir duas casas com peristilos iguais, ou localizados no mesmo local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/87555>
- Cruz, M. (2009). *O Vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9883>
- Elena, G. A., Mar, R., Martins, M. (2008). *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário de Bracara Augusta*, in M. Martins (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas* 4, UAUM /NARQ, Braga
- Fernández Díaz, A. e Quevedo Sánchez, A. (2007-08). La configuración de la arquitectura doméstica en *Carthago Nova* desde época tardo-republicana hasta los inicios del bajoimperio, *AnMurcia*, vol. 23 – 24, 273 – 309
- Fernández Vega, P.A. (1999). *La casa romana*, Bernejo Barrera, J. (dir.) Serie interdisciplinar, Akal Universitaria, Ediciones Akal, Madrid
- Fontes, L. Lemos, F.S. e Cruz, M. (1997-98). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. In *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Série II, Braga, 137-164.
- Lemos, F.S. e Leite, J. F. (2000). Trabalhos Arqueológicos no Logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex-Albergue Distrital), *Forum*, 27, Jan. – Jun., Braga, 15 – 38.
- Magalhães, F., (2010). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13619>

- Martins, M. (1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14 / 15, Série II, Braga, 23 – 45
- Martins, M. (2000). *Bracara Augusta* cidade romana, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- Martins, M. (2005). As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitetura pública de *Bracara Augusta*, in M. Martins (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1*, UAUM /NARQ, Braga
- Martins, M (2009). *Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo*, in Dopico Cainzos, D., Rodríguez Alvarez, P. e Villanueva Acuña M. (eds), *Do Castro á Cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropeia, Atas do Curso de Actualización sobre a romanización de Galiza*, Lugo, 181 – 211
- Martins, M. e Delgado, M. (1989-90). História e arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Série II, Braga, 11-39
- Martins, M. Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006). A Arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 40, Braga, 9-30
- Martins, M. e Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana*. in *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita provinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique*. Bulletin de la Société archéologique champenoise. Mémoire n°19, 111-124
- Martins, M. e Ribeiro, M. (2012). Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar, in Martins, M., Vaz de Freitas, I. e Val Valdivieso (coord.) *Caminhos da Água – Paisagens e Usos na Longa Duração*, CITCEM, Braga, 9 -52
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012a). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer, in M. Ribeiro e A. Sousa (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, CITCEM, Braga, 29 - 69
- Martins, M., Meireles, J., Fontes, L., Ribeiro, M., Magalhães, F. e Braga, C., (2012b). *Água. Um Património de Braga*, UAUM (Unidade de Arqueologia Universidade do Minho) e CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), Braga
- Morais, R (1998). As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia, Monografia 8*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76.
- Ribeiro, J. (2010). *A Arquitetura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícia*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/12232>
- Ribeiro, M.C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/8113/4>

- Silva, J.R.C. (2000) *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitetura privada em Bracara Augusta*, Tese de mestrado em Arqueologia (policopiada), Universidade do Minho, Braga
- Uribe Agudo, P. (2004). *Arquitetura doméstica en Bilbilis: la Domus I*, *Salduie*, nº 4, 191 – 220
- Uribe Agudo, P. (2008). *La edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (séc. I a.C – III d. C)*, Tese de Doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza